

Terceirização de serviços

Venda de parte da operacionalização do sistema pode aumentar tarifas

KENNIA RODRIGUES

O GDF deu o primeiro passo para conceder, à iniciativa privada, a prestação de serviços do sistema metroviário do DF. Uma resolução publicada no dia 7 deste mês, no Diário Oficial do DF (DODF) convida empresas a apresentar projetos nas áreas de expansão, operação e manutenção de parte do metrô. Os empreendimentos do setor terão até março de 2008 para enviar propostas ao governo. O Conselho Gestor de Parceria Público-Privadas (PPPs), presidido pelo governador José Roberto Arruda e composto por secretários de governo, ficará encarregado de analisar e escolher as sugestões.

Depois de selecionar o projeto, o GDF lançará edital de licitação para definir quais empresas prestarão os serviços no metrô. Segundo o presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), Rogério Rosso, nessa primeira etapa - a de apresentação das propostas - as empresas interessadas indicarão o tipo de concessão da Parceria Público-Privada, ou seja, qual será a participação do governo no sistema e onde a iniciativa privada tem interesse em explorar o serviço. "Os que apresentarem os projetos deverão indicar a modelagem financeira para a



Segundo Arruda, o metrô gerou R\$ 30 milhões de receita e gastou R\$ 130 milhões em 2006

proposta, ou seja, onde o governo entra, e onde o setor privado entra", explicou. Além disso, elas deverão sugerir custos, prazos de implantação de obras, viabilidade técnica e econômica, riscos e garantias da operação.

No primeiro semestre do governo, Arruda mostrou interesse em terceirizar parte dos serviços do metrô sob a justificativa do sistema causar prejuízo aos cofres públicos. Segundo dados divulgados pelo próprio governador, em 2006, o metrô gerou R\$ 30 milhões de receita, mas o custo operacional dos trens atingiu R\$ 130 milhões. A pressa em implementar o projeto Brasília Integrada seria outro motivo para o governador decidir pelo mode-

lo PPP no metrô, que viabilizaria um suporte financeiro em tempo hábil. Os projetos de expansão do sistema nas linhas Santa Maria/Gama e os VLTs na W3 Sul e Norte e Aeroporto, estariam incluídos na parceria.

O Sindicato dos Metroviários (Sindimetrô-DF) está a par da resolução, mas é contra. Para a categoria, o governo continuaria com os mesmos gastos. "Essa idéia é para vender imagem agradável aos olhos da população. O governo vai continuar gastando e a parte da arrecadação passa a ser de um terceiro. Por essas questões é que a gente acredita que a solução mais viável é que ele continue sendo público", opinou um dos representantes da categoria, Israel Pereira.

A perspectiva dos metroviários com relação ao custo de passagens depois da parceria também é negativa. "A expectativa é que a tarifa da passagem aumente. A gente considera enganosa essa margem de prejuízo. E se o metrô causa prejuízo, porque os empresários teriam interesse em investir no sistema?", questionou Pereira.

De acordo com a Codeplan, será compromisso do governo incluir no contrato da PPP, cláusulas que não prejudiquem os usuários, no sentido de impedir preços abusivos na cobrança de tarifas. O órgão também garantiu que os atuais servidores, que são concursados, também não serão prejudicados.